



Roteiros

12. Boletim Informativo do Instituto Dom João de Castro

OS CEM ANOS DA RERUM NOVARUM

por **ADRIANO MOREIRA**

EM 20 de Fevereiro de 1878, o Arcebispo de Perugia, Gioacchino Pecci, foi eleito Papa e anunciou que queria ser chamado Leão XIII em homenagem a Leão XII. Poucos anos antes, em 1870, modificara-se radicalmente a situação internacional da Santa Sé, em resultado da unificação da Itália.

Esta alteração de uma variável histórica secular, que era o poder temporal sobre os seus Estados, fazia com que o Papa deixasse de estar sobrecarregado pelas funções e limitações políticas da Chefia do Estado, o que também implicava uma alteração do quadro tradicional das rivalidades das potências em relação à eleição. Estava mais livre para exercer o poder espiritual, mas foi necessário um tempo de retiro.

Pio IX, que sofrera o esbulho, ao publicar a famosa encíclica *Quanta Cura*, e o anexo *Syllabus Errorum*, onde enunciava oitenta afirmações liberais que a Igreja não podia aceitar, fez com que este documento fosse largamente visto como a prova da total incompatibilidade da Igreja com o mundo moderno.

Todavia, o Manifesto do Partido Comunista de Carl Marx, fazendo uma leitura, pela primeira vez realmente revolucionária, da mudança dos tempos, já desde 1848 que mostrava a urgência de a nova liberdade pontifícia ser assumida em defesa dos valores cristãos.

Aconteceu que se conjugavam, nessa segunda metade do século XIX, uma doutrina da vida política e social, que animou partidos e programas de transformação política, com o

nome de socialismo; e um fenómeno social que teve expressão no aparecimento do operariado, o qual organizou movimentos e instrumentos de defesa dos seus interesses. Podem encontrar-se origens, tradições e fundamentos diferenciados para os dois factos, mas, com carácter fortuito, ou com alguma explicação lógica, o grande facto é o encontro entre as duas correntes.

Foi apenas meio século depois do Manifesto, em 1891, que Leão XIII, passada uma década de pontificado embaraçado com o «quietismo eclesiástico» denunciado por Manning, iniciou um novo diálogo da Igreja com o mundo.

Por esse tempo, o sistema eurocomunista era sólido, as lutas entre as potências eram guerras civis ocidentais, o imperialismo colonial estava legitimado por missões nacionais assumidas, o Sacro Colégio já tinha muitos estrangeiros, mas todos eram ocidentais, a missão era exercida em aliança com os Estados, mesmo com os que tinham assumido as mudanças liberais e democráticas, que feriram o histórico estatuto da Igreja.

A questão social, geralmente considerada um efeito negativo da revolução industrial, tinha o seu tema mais grave na chamada pelo Papa a questão operária.

O pauperismo era o grande desafio. Homens como Victor Hugo e Charles Dickens não consentiram que a realidade pudesse ser

(Continua nas páginas centrais)

AS ARMAS DO REI DO CONGO

pelo Dr. Francisco de Simas Alves de Azevedo
das Academias Portuguesa de Ex-Libris
e Internacional de Heráldica

Em Maio de 1962, aludi numa reunião de estudo da Academia Portuguesa de Ex-Libris, as concessões de brasões de armas e outras distinções honoríficas a naturais do nosso Ultramar⁽¹⁾.

De um dos casos mais antigos e mais curiosos, o das interessantíssimas armas concedidas — segundo João de Barros — por D. Manuel I a D. Afonso, rei do Congo, pretendo ocupar-me, mais desenvolvidamente, neste artigo.

Descreve Braamcamp Freire, na sua *Armaria Portuguesa*⁽²⁾ as armas do rei do Congo da seguinte maneira: *de vermelho, cinco braços armados de prata, postos em pala, com os antebraços em faja, e dispostos em sautor, as mãos de encarnação sustendo espadas de prata armadas de ouro com as pontas para cima; chefe cosido de azul, carregado de uma flor de lis de prata entre quatro vieiras de oiro postas em duas palas; ponta enxertada de prata, carregada de um escudete de azul sobre carregado de cinco besantes de prata, entre dois ídolos de pedra de sua cor, quebrados, as peanhas e as pernas em pala, os troncos com as cabeças caídas para a ponta. Timbre: os cinco braços em roquete. Elmo de oiro, aberto, posto de três quartos, forrado de verde. Coroa de oiro florões. Paquife e virol de oiro e vermelho.*

Indica como fontes o quinhentista *Livro da Nobreza Perfeição das Armas dos Reis Cristãos e Nobres Linhagens dos Reinos e Senhorios de Portugal*, (chamado vulgarmente *Livro da Torre do Tombo*), de António Godinho, e o seiscentista *Tesouro da Nobreza*, de Francisco Coelho (rei de armas Índia), embora reconheça que apresentam bastante diferença entre si, citando ainda João de Barros (cap. X do liv. III da década I, da *Ásia*).

Deve-se — como aliás o próprio Braamcamp Freire algures afirma — em caso de dúvida, preferir, a qualquer outro armorial, o *Livro da Torre do Tombo*, dada a sua origem oficial. Causam, pois, bastante estranheza as divergências, que facilmente se notam entre a descrição da *Armaria Portuguesa* e a iluminura que, legendada «Rei de manicôgo», se pode ver na obra de António Godinho.

As armas em estudo rematam a série das armas dos soberanos da Cristandade, típica dos armoriais «gerais», desde o século XIII, a presença na qual do brasão do rei do Congo, é um expressivo símbolo da contribuição da expansão portuguesa para o tradicional fundo cultural europeu.

As divergências a que acima me refiro consistem, nas armas, em falar Braamcamp numa flor de lis, no chefe, quando é indubitavelmente uma cruz florida que se vê no livro de Godinho; e no timbre, os cinco braços não estarem em roquete, mas todos identicamente saíntes da coroa.

Se a divergência no timbre não se pode considerar simbolicamente significativa, antes variante de carácter

artístico, já o mesmo se não pode dizer da substituição da cruz florida pela flor de lis.

Tal cruz aludiria, efectivamente — segundo João de Barros — à de uma bandeira enviada por D. João II ao soberano congolês; a estilização da sua forma (florida ou floreteada) é muito frequente na Península Ibérica, onde deve ter sido divulgada pela emblemática de certas ordens monástico-militares, Avis, Alcântara, Montesa e Calatrava (cujas insígnias derivariam, por sua vez, das da abadia cisterciense de Morimond, de que eram filiais; patenteia-se em variadíssimas armas familiares, como por exemplo nas dos Pereiras).

Outro elemento, português e peninsular, cristão e europeu, das armas do rei do Congo é a vieira, conhecidíssimo atributo do culto ao apóstolo das Espanhas, Santiago, documentado já, por um baixo relevo da catedral de Autun, em meados do século XII.

Santiago teria sido evocado — segundo o autor de *Ásia* — pelos seguidores do soberano negro baptizado, em batalha contra elementos rebeldes à sua autoridade, opostos à cristianização e aproximação com Portugal. Ao apóstolo das Espanhas foi atribuída a vitória do rei do Congo.

O fundo azul, cor celeste, era realmente o mais indicado para receber a cruz e as vieiras, Jesus e o seu Apóstolo, favorecendo, do Empíreo, o triunfo da causa cristã na África equatorial.

Quanto aos braços armados — que, aliás, Barros omite — não andaremos longe da verdade se os relacionarmos, também, com a batalha acima referida, suposição que o fundo vermelho confirma. É, aliás, figura do património heráldico peninsular, presente — alado — nas armas dos Manuais.

A quina evoca, evidentemente, o concessor das armas, honrando assim duplamente o recipiendário. Os ídolos quebrados — naturalistas — são claro símbolo — e alusão, certamente, a cena real — de nova orientação religiosa, moral, civilizacional, ou, pelo menos, de afirmada intenção de a seguir...

Tal é, sucintamente exposto, o simbolismo das armas do rei do Congo, um belo exemplo das virtualidades evocativas, histórico-culturais, da Heráldica.

Outras versões existem destas armas, que não vale a pena enumerar, pois são meras simplificações, quando não deturpações, da única forma que devemos considerar correcta, a que António Godinho iluminou⁽³⁾.

(1) Sobre o mesmo assunto, o jornal *Diário da Manhã* publicou uma entrevista com o autor, a 14 de Maio de 1962.

(2) Lisboa 1908-1921, pág. 148.

Publicado no n.º 47, Ano XIV, Fevereiro de 1969, no Boletim.

(3) Publicamos este estudo lembrando a importância do baptismo do Rei do Congo.

O INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO E A DEFESA NACIONAL

No passado dia 15 de Maio foi constituído por escritura pública o Instituto Português da **Conjuntura Estratégica**, onde o Instituto D. João de Castro se assumiu como um dos sócios fundadores, juntamente com o Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, o Centro de Estudos Orientais e a Academia Internacional de Cultura Portuguesa. O novo Instituto tem como Presidente do Conselho de Fundadores o Professor Doutor Veiga Simão; como Presidente da Assembleia Geral, o General Cabral Couto; como Presidente do Conselho Fiscal, o Padre Dr. Joaquim António de Aguiar, e como Presidente da Direcção, o Professor Doutor Adriano Moreira. Os outros elementos da direcção são o General Pedro Cardoso e os Professores Doutores Carvalho Rodrigues e José Adelino Maltez.



O P.e Joaquim António de Aguiar assina, no dia 8 de Março de 1991, o protocolo pelo qual o Instituto D. João de Castro entra na constituição do Instituto Português da Conjuntura Estratégica, aparecendo os Professores Doutores José Veiga Simão e Adriano Moreira

Esta nova instituição foi lançada no passado dia 8 de Março, numa sessão solene presidida pelos Ministros da Defesa Nacional e da Indústria e Energia. Visa «a realização de estudos de carácter estratégico numa perspectiva de actualidade, futuro e relações internacionais nas suas diversas vertentes».

Com efeito, «a globalização dos grandes problemas nacionais e a busca de estruturas participantes, aos mais diversos níveis, implicam que a voz de países de vocação universalista, como Portugal, tenha expressão e possa ser ouvida. Os grandes problemas estratégicos que devem ser equacionados têm condicionantes que passam pelo estabelecimento de regras de cooperação, por princípios éticos e morais, pelo respeito da cultura dos povos e do seu modo de vida, por uma discussão atenta dos problemas do desenvolvimento compatibilizado com a preservação dos

equilíbrios ecológicos e de um sã ambiente, e por uma compreensão do impacto do desenvolvimento tecnológico, sobretudo ao nível das novas tecnologias, na estruturação da nova sociedade», como pode ler-se no documento programático inicial da instituição.

Neste âmbito, o Instituto D. João de Castro também participou na fundação do Forum sobre Defesa Nacional, juntamente com a Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, a Fundação Alexandre Herculano, a Fundação José Fontana, o Instituto D. Dinis, o Instituto Progresso Social e Democracia — Francisco Sá Carneiro e a SEDES — Associação para o Desenvolvimento Económico e Social. O Forum propõe-se «promover de uma forma regular a discussão aberta, o diálogo e a reflexão sobre a Defesa Nacional, não só através de reuniões periódicas entre as organizações subscritoras deste Protocolo, mas também por iniciativas públicas visando a sensibilização da opinião pública e da sociedade civil para os temas da Defesa e da Segurança».



CAVES DA

Montanha

A. HENRIQUES, L^{DA}

SEDE EM: ANADIA — PORTUGAL

Teleg.: Montanha
 Telef: 52260 e 52611
 Telex 53081
 Apartado 18
 3781 ANADIA CODEX



«A. HENRIQUES» — O REI DOS ESPUMANTES

7 CONCURSOS DA J. N. V. = 7 MEDALHAS DE OURO |
 CONCURSO DE BUCARESTE = 1 MEDALHA DE OURO |
 CONCURSO DE BRASTILAVA (1971) = 1 MEDALHA «OR» |
 Concurso de Brastilava (1975) = 1 MEDALHA «GRAND OR» |
 CONCURSO DE MILAO (1976) = 2 MEDALHAS DE OURO |



Espumantes Naturais - Vinhos do Porto - Licores Superfinos
 Brândies - Aperitivos - Vinhos de Mesa

VIDA DO INSTITUTO

Criada há tempos esta rubrica, nela temos reunido um conjunto de dados relativos à vida institucional do nosso Instituto D. João de Castro.

Nestes primeiros meses de 1991 não saímos para a «Província», ficámos na «Cidade» e assim vamos repartindo as nossas actividades do presente ano cultural 1990-1991 entre a «cidade e a província».

1.º — Colóquio-Debate sobre «Rotas de Portugal»

Os temas tratados na Guarda e destinados a professores das escolas secundárias do distrito e a outras pessoas da cidade, foram de tal modo abordados, e suscitaram tanto interesse, que valia a pena repetir a experiência em Lisboa e, desta vez, dirigir a «mensagem» a gente nova universitária, pois serão eles e outros não universitários, que terão de percorrer essas rotas.

Escolheu-se como data, a tarde de 2 de Março e, como local, o anfiteatro da Academia Internacional de Cultura Portuguesa, na Sociedade de Geografia de Lisboa, que se encheu com cerca de 150 estudantes de várias Universidades da capital.

Como na Guarda, a Rota Atlântica foi apresentada pelo Prof. Doutor José Veiga Simão, a Rota Europeia pelo Dr. António Almeida Santos e a Rota do Oriente pelo Presidente da Direcção do Instituto D. João de Castro, Pe. Aguiar.

A mesa era presidida pelo Prof. Doutor Adriano Moreira e pelo Almirante António Sousa Leitão, Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Apesar do grande interesse de que se revestiram as três comunicações, o interesse aumentou com o diálogo em volta da Rota Atlântica e Europeia e com duas intervenções do Prof. Adriano Moreira.

O Colóquio teve ainda a colaboração do Coro da Universidade Internacional, que interpretou várias peças dos séculos XV e XVI.

A Direcção do Instituto ofereceu o jantar aos participantes, na Cooperativa Militar, que proporcionou um bom espaço de convívio.

2.º — Comemoração dos 500 Anos do Baptismo do Rei do Congo — 3 de Maio de 1991

O nosso Instituto vem realizando, no contexto das Comemorações do V Centenário dos Descobrimentos, uma série de colóquios-debates mobilizando umas largas centenas de pessoas ligadas à educação e cultura, convidando-as a meditar sobre temas ligados aos Descobrimentos e suas consequências.

Destacam-se entre outros a formação de uma Europa centro do mundo, o diálogo de culturas e a evangelização dos novos povos, como lógica consequência de uma nação, que participava da missão da Igreja em dar a conhecer às «novas gentes» a mensagem do Evangelho e o alargamento da cristandade.

Não interessa aqui trazer a polémica sobre a prioridade de intenções de D. João II, D. Manuel e D. João III, se era a expansão da fé ou a do poder político da nação.

Também está fora de propósito, suscitar outra polémica em relação à metodologia ou pastoral seguida na evangelização. Uma coisa parece certa, sob o ponto de vista histórico: os nossos missionários dos séculos XV e XVI não podiam missionar ao modo do nosso tempo.

É injusto condenar a evangelização feita pelos nossos missionários por não saberem separar evangelizar de civilizar ou dito doutro modo: «fazer fé e império».



3 DE MAIO DE 1991 — Convívio na Cooperativa Militar, após o Colóquio Comemorativo dos 500 anos do baptismo do Rei do Congo

Uma certa corrente terceiro-mundista desejaria, que a Igreja de hoje, pedisse perdão aos autóctones do Congo ou da Amazônia, pelos missionários não terem separado religião e cultura nacional.

Não falta também, mesmo nas altas esferas do Vaticano, quem condene a nossa evangelização, classificando-a de ter criado comunidades cristãs «coloniais», interessando-se mais pelo assentamento da «coroa» que «da cruz», ignorando a cultura africana, seus idiomas e costumes.

A nós, portugueses, interessa-nos neste momento um melhor conhecimento do passado, para poder projectar o futuro, pois não podemos aleijar o peso e a responsabilidade histórica de termos evangelizado.

Este colóquio teve uma dupla dimensão: olhar para o passado para ter um melhor conhecimento do que se realizou no contexto de então e perspectivar o futuro de Angola.

Interessa responder a estas perguntas: «Angola que espera da Igreja? Ou que papel vai desempenhar a Igreja no futuro de Angola? Ou, ainda, a Igreja em Portugal pode dar como terminada a sua acção evangelizadora em Angola?».

Aproveitando a data histórica do Baptismo do Rei do Congo, a Direcção do Instituto organizou um Colóquio-Debate, dirigido expressamente a um auditório de alto nível cultural, com os académicos da Academia Interna-

cional de Cultura Portuguesa, sócios do Instituto e da Associação de Antigos Estudantes do Colégio Universitário Pio XII, membros das várias comissões dos Centros da Sociedade de Geografia de Lisboa e pessoal dos quadros da Fundação Oriente.

Para apresentarem o contexto histórico da evangelização do Congo foram convidados o Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão e o Senhor D. Gabriel de Sousa, Abade Emérito de Singeverga.

Não vamos apresentar aqui o resumo das duas lições magistrais, redigidas num português impecável e que foram seguidas com o máximo interesse pela assistência composta por uns 90 participantes, que dialogaram e apresentaram aspectos sumamente interessantes em relação ao tema do colóquio. Um dos temas apresentados e que mereceu grande interesse, foi o da responsabilidade da Igreja «portuguesa», no actual momento que vive Angola.

Este colóquio pode ser considerado no aspecto académico, talvez o melhor conseguido dos 12 colóquios da série ligada aos Descobrimentos.

A Direcção do Instituto tenciona publicar os dois trabalhos apresentados nessa tarde de 3 de Maio, no anfiteatro da Academia Internacional de Cultura Portuguesa.

Ao fim da tarde, o Instituto D. João de Castro ofereceu aos participantes o jantar na Cooperativa Militar, prolongando-se assim o convívio cultural dos participantes.

3.ª — Assembleia Geral do Instituto — 7/3/1991

Com data de 25 de Fevereiro foi enviada a todos os sócios a convocatória para a participação na 7.ª Assembleia Geral, que teria lugar no Centro de Apoio à Juventude João Paulo II, no dia 7 de Março, pelas 21,30 horas, precedida dum jantar de confraternização, que seria servido no mesmo Centro de Apoio, pelas 20 horas.

Da agenda de trabalhos, comum a este género de assembleias, constava:

Leitura, discussão e aprovação da acta da A. G. anterior, realizada em 22 de Março de 1990; leitura do Relatório relativo ao ano de 1990; leitura do parecer do Conselho Fiscal, respeitante ao movimento financeiro de 1990; plano de actividades para o ano cultural de 1991-1992; informações várias e outros assuntos apresentados pelos sócios.

O jantar foi aproveitado, para prestar uma homenagem muito cordial ao Doutor José Adelino Maltez, vogal da Direcção do Instituto, pelas brilhantes provas de doutoramento, que lhe valeram a clássica classificação «cum summa laude nemine discrepante».

Após o jantar, realizou-se a A. G. segundo a ordem de trabalhos, decorrendo em grande harmonia e com grande interesse.

Mereceu especial atenção a boa situação financeira do Instituto e a boa vontade de se seguir trabalhando dentro das possibilidades reais.

Foi aprovado o programa de actividades culturais a realizar no próximo ano cultural, destacando-se a publicação do n.º 4 da nossa colecção «Cadernos Políticos», dedicado aos Descobrimentos.

O Presidente da A. G. apresentou à Assembleia a conveniência do Instituto entrar como sócio fundador com o L.N.E.T.I., Academia Internacional de Cultura Portuguesa e o Centro de Estudos Orientais, na criação do Centro de Estudos Estratégicos Portugueses (C.E.P.). A proposta foi aprovada por unanimidade.

Foram tratados outros assuntos relativos à vida do Instituto.

4.ª — Admissão de novos sócios efectivos

A Direcção do Instituto admitiu os seguintes sócios:

Dr. Victor Manuel Dias Coelho
Parada Alto de S. João, 18-2.º Dt.º
LISBOA — Telef. 814 72 98

Prof.ª D. Luísa da Cruz Marques Afonso
Qt.ª do Amieiro de Cima, Lote 24, R/c Esq.
6000 CASTELO BRANCO — Telef. 22564

Manuel Amílcar de Moraes
R. Tenente-Coronel Ribeiro dos Reis, 4-2.º Esq.
1500 LISBOA — Telef. 78 69 03

Lisboa, 15 de Maio de 1981

Pe. Joaquim António de Aguiar



ICP
viagens

Rua Rosa Araújo, 49-A — 1200 LISBOA
Telef. 527856 - 560382 — Telex 42754 Acpur P
Fax 540903

FILIAIS :

Shopping Center de Lisboa (Amoreiras), Loja 1122
Telef. 691342 - 691359 — Telex 64888 Acpamo P
Lic. Op. Tur. DGT n.º 378
Fax 691442

Rua de Santa Catarina, 848/852 — 4000 PORTO
Telefs. 200 24 99 - 200 25 00
Telex 27133 Acpur P
Fax 200 25 02



**O atendimento
mais acolhedor
o serviço mais eficiente**

(Continuação da página um)

omitida, e as péssimas condições de trabalho, a habitação desumana, os salários de subsistência, tudo ainda vive na memória do sindicalismo.

Em 1978, o ano dos três Papas — Paulo VI, João Paulo I, João Paulo II — foi publicado um livro do segundo — escrito enquanto Bispo Albino Luciani — chamado «Ilustríssimos Senhores». Adoptara o dever de escrever no jornal Mensageiro de Sto. António, mensalmente, uma carta a um personagem ilustre do passado, para conversar sobre o que o destinatário ensinara e o que o mundo aprendera.

Escolheu Dickens, para lhe recordar palavras que escrevera em 1843, antes do Manifesto, e que descreviam a vida lastimosa dos «oprimidos», inspirado pelo «amor aos pobres». Passados cento e trinta anos, dava-lhe notícia de que a situação piorara consideravelmente, não obstante as promessas e experiências dos vários socialismos.

Talvez possamos encontrar no comovedor Oliver Twist a criança simbólica desse pauperismo provocador, um exemplo da vaga de filhos inúteis de que falara Swift em A Modest Proposal de 1729. A trabalhar na oficina, deveria o menino contentar-se do rancho distribuído pelo patrão. Por inocência, não fez assim. Levando a malga vazia nas mãozitas débeis, disse: «Quero mais.»

Esta reclamação continua a ser ouvida, agora, como anotou Albino Luciani, em contexto diferente e mais grave. Dizia na carta: «No teu tempo as injustiças sociais iam numa única direcção: os operários apontavam com o dedo os seus patrões. Hoje é incontável a gente que aponta com o dedo: os trabalhadores do campo, que se queixam de estarem muito pior do que os trabalhadores da indústria; aqui, na Itália, o Sul contra o Norte, em África, na Ásia, na América Latina, as nações do «terceiro mundo» contra as nações do «bem-estar».

Entre os motivos que decidiram Leão XIII a enveredar por este novo diálogo da Igreja com o mundo, e a encorajar todas as formas de organizações do laicado católico activo, estiveram indubitavelmente os imperativos da justiça e a convicção pessoal, mas também, como foi insuspeitadamente observado, a angústia causada pelo avanço do socialismo, e «o objectivo de encontrar para a Igreja, nas massas populares a ponto de obterem o sufrágio universal, um contrapeso contra a política anticlerical praticada tantas vezes pelos «países legais burgueses».

De facto, e ainda muito longe do socialismo real, aceitou que morrera a época dos príncipes católicos, cristianíssimos, fidelíssimos, defensores da fé; pretende que os católicos assumam as aspirações dos novos tempos impregnando todas as actividades de espírito cristão; anuncia a ideia orientadora da Acção Católica no século XX, que mobiliza os fiéis para

Os Cem Anos

agirem no seu ambiente próprio; reconheceu a importância das minorias católicas em países, como os EUA, que não eram oficialmente católicos. Independentemente dos problemas da fé e da moral cristã, a luta de classes era a maior ameaça para os valores e modelos de sociedade ocidental euro-mundista.

2 — Passado um século, um nova encíclica, esta de João Paulo II — Centesimus Annus, segue a prática, que foi de Pio XI (Quadragesimo Anno), de Pio XII (Mensagem radiofónica de 1 de Junho de 1941), de João XXIII (Mater et Magistra, 1961), de Paulo VI (Octogesima Adveniens, 1971), avaliando a evolução a partir daquele documento matricial. Ele próprio já enriquecera a doutrina social com a Laborem Exercens (14 de Setembro de 1981) acerca do trabalho humano, e a Sollicitudo rei socialis (30 de Dezembro de 1987) sobre os actuais problemas dos homens e dos povos.

Não existe qualquer rutura doutrinal entre a Rerum Novarum (1891) e esta que a celebra, dando unidade ao novo capítulo da doutrina que tem sido enunciada por João Paulo II. Mas a perenidade da premissa maior, o eixo da roda que, segundo Morgan, acompanha a roda mas não anda, tem de multiplicar-se em corolários novos para as circunstâncias que variaram. E desta mudança se ocupa o actual pontífice, convidando à melhor celebração da Rerum Novarum que é actualizar as perspectivas, as prospectivas e as respostas.

Começaria também aqui por lembrar um romancista, George Fink, que, num livro célebre intitulado, Tenho Fome, e que descreve a situação dos europeus que viveram a guerra civil de 1914-1918, personalizando num pobre menino de Stettin, chamado Teddy, «todas as misérias de todos os meninos pobres de todas as cidades do mundo», acrescentando que, em crescendo, queria ser bom. No fim da sua história, faz testamento desta conclusão: «Já sei que existe um proletariado que vive. Tem seus teatros, seus concertos, seus salões de ginástica, suas viagens de férias. Existe uma juventude trabalhadora que possui a vida e goza saúde e bem-estar, enquanto seus pais se ocupam dos ideais políticos dos trabalhadores. Não falo deles, falo dos pobres.»

As coisas novas, para as quais João Paulo II convida a olhar, incluem este alargamento daquilo que era a condição operária, os novos pobres, inquietação a que uma espécie de partido dos confortados chama, agora desdenhando, miserabilismo.

Entre as mudanças estruturais, em relação a 1848, conta-se em primeiro lugar a derrocada do

Rerum Novarum

sistema euromundista: antecipações de Simone Weil e de Chardin, com expressão na fascinante Missa sobre o Mundo, do último, são realidades. Os dedos apontados, para os quais João Paulo I chamou a atenção, são uma floresta de queixas e de acusações.

Por isso, um século depois, o pedido da criança de Dickens, o lamento do menino de Fink, transformaram-se num clamor que aglomera os povos mudos do mundo — os de cor, os antigos colonizados, os da geografia da fome, os do sul do mundo, os marginalizados do norte e do sul. Por isso o desafio está em que «a pobreza ameaça assumir formas gigantescas», e não pode duvidar-se de que se «desenham no horizonte crises dramáticas se não forem tomadas medidas internacionalmente coordenadas».

Repito palavras recentes. «Coincidindo com a reeleição de Ronald Reagan, depois de uma campanha que prometia «o renascimento da América» sob uma filosofia política e económica liberal, a Conferência Episcopal dos EUA publicou uma Carta Pastoral sobre a doutrina social católica e sobre a eco-

dos rendimentos da nossa sociedade, e sobretudo à escala mundial, é moralmente inaceitável; 2) a corrida armamentista e as armas nucleares eram, igualmente condenadas. Não era necessária muita imaginação para recordar imediatamente o complexo militar-industrial que tanto preocupava Eisenhower.

Enquanto o passivo das desigualdades se agrava em direcção ao sul do continente americano, praticamente todo ele dentro das fronteiras da geografia da fome, a denúncia pastoral leva a registos que a Teologia da Libertação recolhe, causando dúvidas sobre a admissibilidade das propostas, mas nenhuma sobre as injustiças denunciadas.

O avanço qualitativo da nova encíclica traduz-se em ultrapassar a condenação moral, que permaneceu, para relembrar a clamorosa violação dos direitos do homem em todas as latitudes, e concluir pela necessidade de refazer os sistemas, de terminar com a violência sistémica que frustra os esforços dos povos mais desfavorecidos, tão responsável o capitalismo selvagem como o socialismo real.

O desafio da globalidade, que espera por qualquer forma de governo até ao fim do século, é uma das tónicas das mensagens actualizadas, e, por isso, o apelo à paz e a redefinição da função que progres-



nomia, em 11 de Novembro de 1984, na qual tomava duas posições fundamentais: 1) reconhecendo o impacto positivo do capitalismo ao nível da produção, condenava a imoralidade dos desequilíbrios sociais produzidos, afirmando que «o nível de desigualdade

sivamente vem sendo feita nesta área. Foi Pio XII quem, perante as ameaças de uma guerra civil chamada guerra mundial, definiu o ofício da pacifica-

(Continua na página 12)

UMA FOLHINHA DE QUANDO EM QUANDO — MAIO 91⁽¹⁾

Penso que foi mais ou menos depois da reforma, no que já meio longínquo ano de 1976, que, tendo eu tomado outra forma, é o que significa reforma, e, como devia, com poucas saudades da forma anterior, a de professor, em que tanto aprendi com meus alunos, sobretudo porque com vontade de ir por novos caminhos, que me veio uma ideia, a de que, ao tentar resolver-se um problema, se deve principalmente jogar a abordagem por qualquer lado que não tenha sido experimentado antes; a ideia se foi fixando, de bom grado lhe chamaria hoje mania, ainda com a convicção de que por aí aparecem facilidades que se não esperavam, por exemplo a de surgirem dificuldades inesperadas e de que se não tinha mesmo suspeita alguma. O que torna tudo muito mais interessante.

Assim, quando tanto se fala agora, com atmosfera e postatmosfera da guerra do Golfo, no desentendimento entre israelitas e árabes, a começar e a acabar nos palestinianos, é estranho que ainda se não tenha pensado em fazer entrar em diálogo sobre o assunto o Estado de Israel e a República Turca, vamos dizer em Istambul, boa futura capital de pensamento político para a zona, e sob o patronato do Bajazeto que abriu para os Judeus as fronteiras, seguro de que fariam eles prosperar o Império e não tendo nunca outros dos governantes exercido sobre os que para ali queriam imigrar as perseguições em que tantos Estados tão facilmente e tão absurdamente entram. Até se podendo juntar a tudo que os territórios do Golfo ficaram bastante desamparados depois de ter sido a Turquia derrotada e dividida, principalmente por França e Inglaterra com seus Protectorados. A velha abertura aos Judeus deixou decerto sinais na alma de hóspedes e hospedeiros, além de que não seria indiferente a otomanos pensar agora em seus antigos domínios sem ser para, envolvidos na NATO, pôr bases aéreas à disposição de ataques de outros a territórios antigamente seus. Aliadas forças turcas e forças israelitas, certamente poderiam impôr ou facilitar uma Paz que permitisse a conversa seguinte: Seria possível pensar em formar como que um entendimento de autonomias em que entrassem o Iraque, o Kwaite, a Síria, os Emirados Árabes Unidos, o Baraine, o Katar e a Jordânia, e que também facilitasse uma autonomia dos Palestínianos, autonomia democrática, o que nem sempre quer dizer multipartidária, garantindo todas, com a Turquia, o reconhecimento de Israel, e, como outrora, a sua colaboração no desenvolvimento, de que seria a cidade do Kwaite bom pensamento económico, como haveria em Jerusalém, cidade livre o mais possível de implicações estatais, alguma coisa como a capital, o sagrado lugar, das monoteístas concepções religiosas. Não sabemos se todos os que têm o poder pelos vários lugares iriam por aqui ou não; não importa: Existe no mundo o pensamento dos que não têm poder, como nós, os das Folhinhas. Quem sabe se apenas pensando e tendo dentro de cada um de nós o que ainda não há de fora, não conseguiremos nós implantar novas vidas de gente? Estais ouvindo, Israel, Turquia e todos os outros?

Mais uns Halkai de nosso Fukuoko

*Verdes folhas renascidas
sonho sois de antigas folhas
que não voltam pois perdidas.*

*Sem razão a pergunta que nos pomos
servir primeiro a Deus ou a nós outros
pois nele está o Ser em que nós somos.*

*Esteve o português em seu destino
por ser o que devia vir a ser
o mar sem fim nem grego nem latino.*

*Aqui ando à procura de Maria
que não amo bastante, pois se a amasse
sempre comigo em mim ela estaria.*

*Toco o real e me iludo
cantando calado fico
só do nada surge o tudo.*

*Todos pobres sonhos meus
para amor eu dar ao tempo
que eterno e rico só Deus.*

*Infatigada minha asa
não cabe no mundo inteiro
só em ti alma lhe é casa.*

(1) «Roteiros» recolhe e publica mais esta Uma Folhinha de Quando em Quando pelo interesse do seu conteúdo e, muito particularmente, pela linda poesia nela inserida, que exprime o sentimento cristão e a devoção a N.ª Senhora tão próprios do povo português.

INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO

boletim informativo trimestral

N.º de Registo 112 874

● **Direcção**

António Maria M. Pinheiro Torres
(Secretário-geral do IDJC)

● **Redacção**

Sede do Instituto
R. da Madalena, 225 - 3.º Dto.
1100 LISBOA
Telef. 86 01 25

● **Propriedade**

Instituto Dom João de Castro
N.º 212 873

● **Difusão**

Pedidos à Redacção

Comp. e imp. na Minigráfica - Coop. de Artes Gráficas, CRL
Rua da Alegria, 30 — Telef. 346 47 20 — 1209 LISBOA

DEP. LEGAL N.º 18 702/87

Resumo objectivo, crítico e seguro do livro do Prof. Dr. António José Saraiva, *A Tertúlia Ocidental* (com Antero, *Oriental* também) recentemente publicada pela Gradiva: Saraiva mesmo, na informação actualizada, buscada em todo o pormenor e das fontes menos manuseadas, no exame desapassionado e de pedagógica disciplina que faz de todo o documento que ajude a de algum modo caracterizar as suas personagens essenciais — Antero, Eça, Oliveira Martins — sem se esquecer de algum mais recuado, como Herculano, o daquela franca Autobiografia a que chamou ele e se tem chamado História de Portugal, nem de outros mais próximos de nós, como Junqueiro, que tanto vi em Barca d'Alva, aí pelos anos 10 e 11, à espera de comboio que o levasse para os lados de Salamanca, à caça de seus objectos de museu na perfeita junção, no autor, da íntima compreensão necessária para entender essa gente meio ou muito complicada no jeito humano de viver, no manejo da língua, no exame do que foi, ou se aceita que foi, Portugal; na companhia que ainda nos fazem, há tantos anos desaparecidos; e da como que à distância de satélite de que nosso Professor, e o é de nós todos, traça o mapa de toda a área em que se desenrola a tal Tertúlia, com, que como na cartografia astral de hoje, se diferenciam as geologias e se determinam as agriculturas ou a profundidade dos mares. Por tudo, excelente essa Introdução ao País que é o presente livro de Saraiva. No entanto, ou por isso mesmo, uma mágoa me deixou o volume: A da falência como cidadãos que foram aqueles três homens: Antero, depois de tanto generoso e inteligente assomo, desertou de Buda e de Cristo; Eça largou o jornalista de Évora, Leiria o amansou e se refugiou, mesmo depois de Cuba, na ironia perante o que vamos sendo;

Oliveira Martins não deu ao País o que de algum modo prometera com as minas de Rio Tinto ou os carris do Porto à Póvoa. Faliram como cidadãos. Ou, hipótese que me agrada muito mais: Estava a Cidade em que se moviam em crise de falência? E tem ela de voltar a ser, adequada a outros tempos em todo o mundo, o que foi de independência municipal; de economia comunalista conjugada com o capitalismo de que alguma coisa se tem de salvar; de plena educação pela vida, sem deformação de criança alguma; de uma religião de que todas as outras eram realmente irmãs, só que conforme cada qual via o divino, e tudo sob o pensamento e gesto de um Rei que afinal era mítico, e para que ele sempre exista, proponho eu, como já sabeis, o nosso Dom Dinis, alargado, como ainda talvez vos não tivesse dito, a tudo que houver de gente a exprimir-se, oficialmente ou não, numa das línguas peninsulares, seja em que continente for.

★

Para terminar, penso que vos posso prometer que ainda se publicará a Folhinha de Junho, o fazendo o Irmão Servidor que sempre delas serei. A de Julho menos que certa, porque está mais ou menos vazia a caixa que a sustentava, a da conta 8761 do Lloyds Bank da Rua do Ouro, em Lisboa, e só os selos para Portugal e para fora ficam, mais ou menos, em 25 000 escudos.

Portanto, até daqui a um mês, vos saúda o

GEORGE AGOSTINHO



HOTEL ROMA

AVENIDA DE ROMA, 33 — 1700 LISBOA
END. TELEG. - ROMATEL — TELEX 16586 P
TELEFONE 76 77 61 (10 LINHAS)

EM FÁTIMA:

HOTEL SANTA MARIA

Rua de Santo António
Telefs. (049) 51015/51025 — Telex 43108

HOTEL DOM JOSÉ

Av. D. José Alves Correia da Silva
Telefs. (049) 52215/52225 — Telex 43279

João Paulo II de novo em Portugal ⁽¹⁾

1 — Passados nove anos, o Papa João Paulo II estará de novo em Portugal, e, desta vez, visitará os Açores e a Madeira, estando em Fátima nos dias 12 e 13 de Maio para presidir à grande peregrinação comemorativa da passagem dos 74 anos da 1.ª Aparição de Nossa Senhora aos Pastores, em 13 de Maio de 1917.

Julgo providencial a vinda do Papa neste momento que o mundo vive ansioso pela criação de condições para o restabelecimento da paz na zona do Golfo, após a guerra-relâmpago, que estabeleceu a soberania num pequeno Estado ocupado pelo Iraque, contra o parecer mundial representado pela ONU.

Restabeleceu-se certamente a ordem jurídica internacional, mas falta criar um clima estável de paz numa região, onde os conflitos e guerras são crónicos há centenas de anos.

O Papa João Paulo II que, de novo, nos visitará, é, sem dúvida, um grande paladino da Paz neste fim de milénio, que nos aparece turbulento em várias zonas do mundo.

Esta lembrança da Paz tem sido mais intensa nos últimos meses do ano 90, após a ocupação do Kuwait.

Na noite de Natal, na basílica do Vaticano, utilizando uma imagem de origem joanina e muito usada na cultura ocidental, a luz aplicada a Cristo, desejava para a Europa do 3.º milénio, uma vitalidade espiritual que «una» todos os europeus em Cristo, ultrapassando as barreiras do materialismo e hedonismo. Em relação aos povos da área do Golfo, o Papa aguardava ansiosamente o «esvaziamento da ameaça de guerra».

Em 15 de Janeiro, perante o perigo iminente da guerra escreveu mensagens a George Bush e a Sadam Hussein encarregando-os de encontrarem, no diálogo franco e frutuoso, um verdadeiro caminho para a paz.

Infelizmente a sua voz não foi ouvida, e o seu esforço foi inútil.

Certamente em Fátima o Papa fará mais uma vez um apelo a todos os homens de boa vontade para se encontrarem os caminhos da Paz, que passam pela prática da Justiça. E perante centenas de milhares de peregrinos invocará a protecção de Nossa Senhora, Rainha da Paz, para que esta se restabeleça definitivamente onde a guerra, a discórdia e ódio têm assento.

A peregrinação de 12 e 13 de Maio será, certamente, uma grande mobilização espiritual pela paz, e o Papa não deixará passar esse momento solene sem dirigir uma palavra de estímulo aos *construtores da Paz*.

2 — Neste contexto de fim de milénio é importante reflectir em relação ao papel que cabe à Igreja Católica e ao Papado, enquanto depositários duma enorme força moral, visto nos encontrarmos perante fenómenos e factos que se sucedem com uma rapidez, impossível de pensar, há 5 ou 6 anos atrás.

De facto, a Igreja, noutros momentos também importantes na história da Europa, desempenhou um papel único

Pe. Joaquim António de Aguiar

na condução e acompanhamento dos acontecimentos através da palavra prudente e da acção, devido ao seu prestígio moral e à capacidade de acção de seus dirigentes.

Basta retrospectivar o que se passou nos princípios do século IV, 313 Edito de Milão, e do século V, 406-409 primeiras invasões dos povos germânicos, fim do século V 476, queda do Império romano, Noite de Natal de 800 coroação de Carlos Magno e criação do 1.º Império Cristão e no princípio do século X, o nascimento do Sacro Império romano-germânico e do movimento Cluniasense, instituições que permitiram ultrapassar a crise da segunda metade do século X e surgir uma nova Europa que se afirmaria nos séculos XI e XII.

A Igreja, enquanto instituição, desempenhou um papel importante em todos esses acontecimentos, estando na base da formação duma nova Europa, mesmo quando o Papado nem sempre soube estar à altura do momento histórico numa ou noutra ocasião.

Nesses séculos XII e XIII, o papado, grande força espiritual da época, quis reafirmar-se como poder universal, ao afirmar a supremacia do poder espiritual sobre o temporal dos príncipes.

HOTEL

DIRECTOR

Vasco Filipe Perfeito *Regina*



TELEFOS: 52303 - 52373 - 52393

TELEX: 17 118

2495 FÁTIMA (Portugal)

Inocêncio III (1198-1216) fundamentava esse poder universal num raciocínio silogístico muito simples: Cristo que é Deus, é a cabeça suprema e rei de todos os homens; deu a Pedro e seus sucessores todo o poder, logicamente o poder do Papado é supremo e universal. Bonifácio VIII (1294-1303) passado quase um século, na famosa Bula «Unam Sanctam» (18/11/1302), afirmava que o Papa possuía nas áreas espiritual e temporal um poder absoluto e pelo mesmo universal, numa época duma Europa toda ela cristã.

O exercício prática dessa doutrina morreria com a morte de Bonifácio 8/14 (1303) e a transladação do Papado de Roma para Avinhão (1304) o «Cativo de Babilónia» e o nascimento duma outra doutrina regalista e secularizante de Marsílio de Pádua e de Guilherme de Occam e com o desprestígio e humilhação de poder causado pelo Cisma do Occidente e pelas teorias conciliaristas dos Concílios de Constança e Basileia.

Hoje, passados mais de 600 anos sobre esses acontecimentos, ninguém se lembra de defender essa doutrina e talvez poucos conheçam essa famosa Bula de Bonifácio VIII que, num exagero de poder, o levou a escomungar Filipe IV de França e a eximir os franceses de obediência a seu rei.

Hoje os tempos são outros e o poder da Igreja e do Papado assenta noutros pressupostos.

Estamos, porém, no fim do 2.º milénio e factos importantes se estão passando vertiginosamente.

3 — Um dos grandes acontecimentos desta segunda metade do século XX foi sem dúvida o Concílio Vaticano II. Convocado pelo Papa João XXIII e inaugurado em 11 de Outubro de 1962.

Um dos grandes objectivos do Concílio foi procurar e promover a unidade das famílias cristã e humana.

O Papa João XXIII conquistou de facto um poder moral a todos os níveis, que lhe permitia dentro da sua simplicidade, falar ao mundo inteiro e ser ouvido.

O Papa Paulo VI, no discurso de abertura da II Sessão de 3 de Setembro de 1963, lembrando as palavras do Papa João XXIII resumia os objectivos do Concílio: a consciência da Igreja, a sua renovação perante o mundo, recondução de todos os cristãos à unidade e o diálogo da Igreja com o mundo contemporâneo.

O Papa Paulo VI, nesse discurso, avança com ideias que mais tarde serão as traves mestras da Constituição Pastoral a «Igreja e o Mundo Contemporâneo». A Igreja olha para o mundo de hoje com profunda compreensão, com sincera admiração, e com sincero propósito de o não conquistar mas de o servir, não o desprezar mas de o valorizar, não de o condenar, mas de o confortar e salvar.

Afirma ainda que a Igreja privilegia os pobres, os necessitados, os aflitos, os famintos, os que sofrem, os encarcerados e olha com olhos de mãe para os que sofrem e choram.

Olha para os homens da cultura, para os estudiosos, cientistas e artistas.

Olha para os trabalhadores, para a dignidade das suas pessoas, para a legitimidade das suas esperanças, para a necessidade da sua melhoria social e de elevação interior,

de modo a se criarem condições para um mundo de homens livres e irmãos.

Todas estas referências seriam recolhidas no documento «A Igreja e o Mundo Contemporâneo», talvez um dos melhores documentos do Vaticano II e que mais impressionou os homens sinceros e de boa vontade e que tem influenciado a tantos outros documentos dimanados do poder civil de muitos Estados.

De facto, o Vaticano II foi um Concílio diferente de todos os outros Concílios e constitui um ponto de referência na História Contemporânea, nesta passagem de milénio.

A Igreja ganhou mais credibilidade e lançaram-se pontes para áreas para as quais ainda não tinha sido possível lançar.

O precursor e profeta destes últimos tempos foi, de facto, o «Bom Papa» João XXIII e as suas duas encíclicas «Mater et Magistra» e «Pacem in Terris» ficarão como testemunho dum Papa que olha dum modo diferente para um mundo em rápida transformação.

A Voz dos Papas pós-conciliares, Paulo VI e João Paulo II, ganhou poder e autoridade e as encíclicas «Populorum Progressio» de Paulo VI e a «Solicitudo rei socialis» de João Paulo II foram recebidas com simpatia e respeito nos cenáculos e areópagos do mais alto nível de responsabilidade social, política, económica e cultural.

Os Papas Paulo VI e João Paulo II foram ouvidos com respeito e atenção na ONU, no Conselho da Europa, no Parlamento Europeu e no Secretariado Mundial das Igrejas.

O Vaticano tem sido considerado como uma «grande potência, repositório de autoridade moral», baseada na verdade para colaborar com todas as grandes e pequenas potências e ajudar a resolver os problemas do nosso tempo. Aqui será de repetir: «Nada do que é humano é alheio à Igreja» e ao Vigário de Cristo, hoje — o Papa João Paulo II.

Um dos pontos altos do Pontificado do Papa João Paulo II e que prova claramente o prestígio de que goza o Vaticano no mundo das diferentes Confissões Religiosas, foi a Jornada Mundial de Assis a favor da Paz, em 27 de Outubro de 1986, em que a seu convite se reuniram naquela mística cidade, os chefes das principais religiões do mundo.

Outros dois pontos altos do prestígio do Vaticano foram as visitas dos Presidentes Bush e Gorbachov ao Papa João Paulo II quando visitaram Roma e que lembram o caso de Canossa de Henrique IV (1076).

A leitura que se pode fazer dessas duas visitas é que os representantes dos dois sistemas do Ocidente e do Leste, precisam de profundas e substanciais transformações na área social e económica, através duma orientação da doutrina da Igreja.

De facto, constatamos que de novo o Papado, sem exércitos de terra, mar e ar, é uma potência mundial, e exerce neste fim de milénio um poder universal, que a mais ninguém se reconhece.

Lisboa, 10 de Março de 1991

(1) Este artigo foi redigido em Março.

Os Cem Anos da Rerum Novarum

(Continuação das páginas centrais)

ção na alocução de 2 de Junho de 1939 dirigida ao Sacro Colégio, renovando a doutrina que constava da Encíclica Pacem de Pio XI, publicada em 23 de Maio de 1922, e onde enunciava o preceito de que «a aproximação fraternal dos povos é um dever». Esse ofício de pacificação, em face da dura experiência deste meio século de «guerra improvável e de paz impossível», foi complementado por João Paulo II, em 17 de Outubro de 1986, com o espírito da Jornada de Assis, que pregou em Santa Maria dos Anjos, na Catedral de Assis e na Praça de São Francisco. Trata-se de chamar à convergência activa todas as religiões e credos, ao serviço da tese comum de que a paz é um bem supremo da Terra.

Tocarei ainda outro aspecto decorrente da Encíclica Libertas Praestantissimum, onde também Leão XIII fazia ressaltar «o vínculo constitutivo da liberdade humana com a verdade». Este princípio da doutrina foi de novo proclamado pelo mártir Cardeal Mindszenty, da Hungria, no Domingo de Páscoa de 1976, quando escreveu que, para servir os cristãos e o seu povo, relataria «coisas da vida, de quantos pesares mas também de quantas consolações contém farei, dito em breves palavras, da verdade».

A história da ressurreição da Europa do Leste, em luta contra o sistema alienante dos povos e das nações, imposto pelo império agora em mudança, tem de referir-se à internacional dos dissidentes, que tem o seu ponto de origem na reunião de Agosto de 1978, em Sniezka, na fronteira entre a Polónia e a Checoslováquia: ali estiveram Adam Michnik, Jack Kuron, Litynski e Vaclav Havel, todos militantes da Carta 77. O famoso ensaio — O poder dos que não têm poder, de Vaclav Havel, é um apelo ao uso da verdade contra o sistema, tudo sintetizado no discurso de 1 de Janeiro de 1990, nesta sentença: «Entendo que não me escolhem para esta função para que vos minta.» Ao norte, na pátria de João Paulo II, Tadeus Mazowiecki, é partindo da doutrina que mostra, na palavra e nas acções, como é que um intelectual católico concebe um novo futuro para o seu país. João Paulo II revalida a doutrina com estas palavras: «A liberdade só é plenamente valorizada pela aceitação da verdade: num mundo sem verdade, a liberdade perde a sua consistência.»

Paul Lafargue, discípulo e genro de Carl Marx disse, na data própria, que a Rerum Novarum «é o maior acto de catolicidade deste século». A actualização feita ao longo destes anos, e a acção de João Paulo II, constituíram uma das mais valiosas contribuições para responder à pergunta que Edgar Morin formulou deste modo: como sair do século XX? Foi

no decurso das comemorações do centenário da Encíclica, coincidente com a celebração dos cinco séculos da evangelização portuguesa, que João Paulo II veio, peregrino, a Fátima. Daqui recordou ao mundo a mensagem para os novos tempos. Dando-nos motivos de alegria, falou ao mundo na língua portuguesa. Anunciando a nova evangelização, avaliou o resultado do nosso esforço, e requereu a participação portuguesa nesta marcha em direcção à esperança.

O povo português não pode rejeitar os custos negativos da expansão, porque são inseparáveis dela. Mas tem direito a que lhe reconheçam a intervenção específica cujos resultados fazem parte do património comum da Humanidade.

O projecto Cristocêntrico da Igreja teve uma versão portuguesa para as contingências da vida internacional: foi o esgotado Manifesto Político que está em Os Lusíadas. Mas repito que é justo reconhecer que nas tarefas que foram confiadas à Fé e ao Império, muitas vezes coube aos Portugueses suportar o peso de ambos.

GERTAL ESCOLAR ALIMENTA O FUTURO



gertal

Gestão de Qualidade

O equilíbrio alimentar é uma condição necessária ao bom desenvolvimento da criança e do adolescente. Os profissionais da GERTAL, apoiados por uma selecção e uma formação rigorosas e por uma vasta experiência em inúmeras instituições escolares, asseguram-lhes uma relação de confiança e um Serviço de Qualidade. Por isso os Alunos, os Professores e os Auxiliares Educativos usufruem do prazer de uma refeição esmerada com base em produtos rigorosamente seleccionados.